

O AJUSTE FISCAL Aumento de um ponto percentual na alíquota da contribuição será compensado na declaração do Imposto de Renda

Empresas vão recolher 3% de Cofins

SÍLVIA MUGNATTO

BRASÍLIA – A maior parte das grandes empresas não está pagando Imposto de Renda, alegando prejuízos. Esta constatação levou o governo a anunciar ontem uma medida provisória que elevará a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de 2% para 3% sobre o faturamento. O 1% adicional poderá ser compensado no Imposto de Renda, mas, para isto, as empresas terão que declarar seu lucro corretamente. Parte expressiva do esforço fiscal de 1999 virá do aumento de impostos. Serão R\$ 13,269 bilhões sem contar os aumentos de contribuições previdenciárias para servidores públicos.

O governo também pedirá ao Congresso que eleve de 0,2% para 0,38% a alíquota da CPMF que incide sobre os saques bancários. Os 0,18% adicionais, segundo o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, serão destinados à cobertura do déficit da Previdência Social. Como acontece hoje, os 0,2% originais continuarão sendo repassados ao Ministério da Saúde. De acordo com a proposta do governo, porém, o aumento de 0,10 ponto percentual vigorará até o ano 2001. E o aumento de 0,08 ponto, somente no ano que vem.

A emenda constitucional que prorroga a CPMF já está no Congresso, mas terá que ser modificada. Parente afirmou, contudo, que não haverá interrupção na cobrança do imposto.

Conversão – A terceira medida na área de impostos é a conversão imediata dos depósitos judiciais em receita tributária do governo com o acréscimo de R\$ 1,4 bilhão aos cofres do Tesouro no ano que vem. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, disse que quem deposita o dinheiro dos pagamentos de impostos na Justiça – porque contesta esta cobrança – terá vantagens com a medida porque os recursos serão corrigidos pela taxa Selic (taxa média dos títulos públicos), hoje em torno de 40% ao ano, e não pela Taxa Referencial (TR). “Se o juiz der ganho de causa ao contribuinte, nós devolveremos o dinheiro imediatamente”, explicou.

Parente informou que as empresas que declaram Imposto de Renda pelo

sistema de lucro real faturam R\$ 700 bilhões por ano. Deste total, um conjunto de empresas responsáveis por R\$ 300 bilhões de faturamento não paga nada de IR e as que faturam R\$ 250 bilhões pagam algo entre 0 e 1% do faturamento, ou seja, muito menos do que deveriam. Os técnicos da Receita defendiam durante a elaboração do pacote que estas empresas fossem obrigadas a declarar IR a partir de uma estimativa de lucro feita pelo governo, como acontece com as empresas que faturam R\$ 750 mil por ano. A medida teria um potencial de arrecadação superior a R\$ 5 bilhões anuais.

Menos sonegação – A equipe econômica, porém, optou por aumentar a Cofins, permitindo a compensação no IR, o que deverá elevar a arrecadação

em R\$ 3,375 bilhões em 99. “O aumento da Cofins reduz o espaço da sonegação. Nós não temos instrumentos para obrigar as empresas a declarar pelo lucro presumido. Isto poderia ser questionado”, disse Parente. Segundo o secretário, as empresas que pagam de IR mais que 1% de faturamento poderão compensar o adicional da Cofins.

Para contornar o não pagamento integral da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) pelos bancos, o governo também deixou claro que vai obrigar os bancos a pagar Cofins. No passado, o governo dispensou os bancos do pagamento da Cofins porque elevou a CSLL destas instituições para 18%. Mas os bancos entraram na Justiça contra a elevação. Agora, portanto, o governo se sente desobrigado de não

cobrar a Cofins dos bancos, o que já é objeto de uma lei complementar em tramitação no Congresso. A medida deverá render R\$ 1,2 bilhão anuais.

O governo não propôs a prorrogação da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda da Pessoa Física para quem ganha mais que R\$ 1.800 mensais, como era previsto. A alíquota, porém, já vale até o final de 99 e o governo poderá pedir a prorrogação no final do ano que vem. Parente informou ainda que o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras sobre a entrada de capitais de curto prazo e sobre compras no exterior não foi discutido para o programa de ajuste fiscal, embora não tenha descartado estas medidas. “O IOF é um imposto regulatório e não arrecadatório”, disse.

As mudanças na arrecadação

CPMF

Como era

- 0,2% sobre os saques bancários
- Dinheiro vai para a saúde

- Arrecadava R\$ 8 bilhões por ano

Como fica

- 0,38% em 1999 e 0,30% em 2000 e 2001
- O adicional de 0,18% vai para a Previdência

- Serão R\$ 7,3 bilhões a mais em 99

COFINS

Como era

- 2% sobre o faturamento

- Bancos não pagam

- Arrecadava R\$ 18 bilhões por ano

Como fica

- 3% sobre o faturamento com compensação do adicional no IRPJ

- Bancos vão pagar, mas terão redução de CSLL

- Serão mais R\$ 4,6 bilhões por ano

DEPÓSITOS JUDICIAIS

Como era

- O governo espera as decisões

- São previstos R\$ 1 bilhão este ano

Como fica

- Os depósitos serão convertidos em judiciais para usar o dinheiro receita e se a decisão for desfavorável à união, o dinheiro será devolvido com correção

- Serão R\$ 1,4 bilhão a mais por ano